



**POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E O ACESSO AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE
SAÚDE EM PORTO VELHO/RO - BRASIL ¹**

**THE HOMELESS POPULATION AND THEIR ACCESS TO PUBLIC HEALTH
POLICIES IN PORTO VELHO, RONDÔNIA, BRAZIL**

**POBLACIÓN EN SITUACIÓN DE CALLE Y EL ACCESO A LAS POLÍTICAS
PÚBLICAS DE SALUD EN PORTO VELHO, RONDÔNIA, BRASIL**

Layde Lana Borges da Silva ²

Renata Kelen de Jesus Oliveira ³

¹Resumo apresentado ao GT 8 - Justiça, Sistemas Jurídicos e Acesso a Direitos, no VI Congresso Internacional DHJUS – Futuros Possíveis. Programa de Doutorado e Mestrado Profissional Interdisciplinar em Direitos Humanos e Desenvolvimento da Justiça.

²Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Faculdade Católica de Rondônia (2018). Mestre em Direito Processual pela Universidade Católica de Pernambuco (2008). Graduada em Direito - AVEC (2005). Professora Adjunta da Universidade Federal de Rondônia (2009). E-mail: laydelana@hotmail.com Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0547070173312459> ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3585-050X>

³ Acadêmica no curso de direito pela Universidade Federal de Rondônia. E-mail: renataoliveira.amarante@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1242262369545931> ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2193-9167>



RESUMO: O artigo analisa o acesso da população em situação de rua às políticas públicas de saúde em Porto Velho, Rondônia. Por meio de revisão bibliográfica, observa-se que a cidade possui aproximadamente 442 pessoas em situação de rua, que podem usufruir de serviços específicos como o CENTRO POP. As políticas públicas visam garantir direitos constitucionais à saúde, promovendo atendimento humanizado e integrado com o SUS e o SUAS. Apesar dos esforços municipais, desafios persistem devido à heterogeneidade do grupo, dificuldades de adesão a tratamentos, precariedade nas condições de vida e lacunas em dados estatísticos.

INTRODUÇÃO: O presente estudo aborda a realidade da População em Situação de Rua (PSR) no município de Porto Velho, enfatizando as condições de vida e o acesso às políticas públicas. Analisa e discute os mecanismos de acesso e inclusão nas políticas públicas municipais, estaduais e federais. Compreende a atuação do poder público local na implementação de estratégias para garantir os direitos fundamentais e a dignidade humana.

O estudo visa compreender a rua como um espaço complexo e multidimensional, que reflete desigualdades sociais, exclusões históricas e fragilidades estruturais. Assim, o aumento do número de PSR em Porto Velho, revela um problema de garantias de direitos humanos, evidenciando a necessidade de políticas públicas efetivas e intersetoriais.

DESENVOLVIMENTO: A PSR no Brasil tem origem na transição da escravidão para o capitalismo. A abolição da escravidão e a urbanização ampliaram a exclusão social dos libertos e, a ausência de políticas de integração ao trabalho consolidou muitos estigmas. Atualmente, o fenômeno é agravado por desemprego,



desigualdade e pobreza, exigindo ações estatais e sociais integradas que assegurem abrigo, reinserção e acesso aos direitos fundamentais (MELO, 2019).

Longe de uma categoria uniforme, esse grupo abrange distintos graus de relação com as ruas, desde aquelas que residem de forma permanente, até aquelas que utilizam abrigos, repúblicas, centros de acolhimento ou que, embora pernoitem nas vias públicas, ainda mantêm residência fixa e, também, os trecheiros, indivíduos que transitam entre cidades sem estabelecer moradia estável (PEREIRA, 2019).

Essa diversidade evidencia que a PSR trata-se de uma categoria social heterogênea, marcada por pluralidade de perfis, motivações e condições de vida. Os fatores que conduzem à vida nas ruas são múltiplos e interligados e pode envolver perda da moradia, ruptura de vínculos familiares e comunitários, desemprego, dependência química, problemas mentais e até escolhas circunstanciais relacionadas ao trabalho itinerante (MELO, 2019).

Estar em situação de rua, portanto, configura-se um processo social dinâmico que reflete a vulnerabilidade e a exclusão nas estruturas econômicas e institucionais da sociedade. Trata-se de uma vivência de ruptura, marcada por privações e por estratégias de resistência e sobrevivência. O termo “em situação de rua” enfatiza esse caráter processual e transitório, reconhecendo que a condição é passível de mudança e que a superação depende de políticas públicas eficazes (PEREIRA, 2019).

A PSR possui direito constitucional ao acesso igualitário e universal ao Sistema Único de Saúde (SUS). Entretanto, diante das barreiras enfrentadas pelo público, em 2009 foi instituída a Política Nacional para a População em Situação de Rua (PNPSR), que prevê a articulação entre o SUS e o Sistema Único de



Assistência Social (SUAS). Como desdobramento da política, foram criados os Centros de Referência Especializados para População em Situação de Rua (CENTRO POP), que oferecem acolhimento, alimentação, higiene e encaminhamento a serviços socioassistenciais, promovendo reintegração social (BRASIL, 2009).

Entre 2009 e 2019, as políticas públicas de saúde destinadas à PSR no Brasil avançaram por meio de um conjunto de portarias e resoluções interinstitucionais as quais estabeleceram diretrizes e estratégias voltadas à redução das desigualdades em saúde, ampliação de acesso, capacitação profissional. Além disso, incorporaram ações de segurança alimentar, atenção à saúde materno-infantil, suplementação nutricional e atendimento odontológico. Instituíram também os consultórios de rua, com equipes multiprofissionais que atua de forma itinerante, integrada e humanizada, assegura ainda, a prioridade no atendimento jurídico, fortalecendo o acesso à saúde e à cidadania (PEREIRA, 2019).

As condições de saúde da PSR são marcadas por múltiplas vulnerabilidades e desigualdades sociais. Estima-se que cerca de 29% desses indivíduos apresentem algum problema de saúde e aproximadamente 18% fazem uso contínuo de medicamentos. Entre as doenças prevalentes destacam-se hipertensão arterial, transtornos psiquiátricos, infecção pelo HIV, tuberculose e problemas oftalmológicos. A esses agravam-se infestações parasitárias, doenças sexualmente transmissíveis, enfermidades bucais e complicações gestacionais, frequentemente associadas ao uso excessivo de álcool e drogas (BRASIL, 2014).



A exposição à violência, má alimentação, carência de higiene, privação de sono e falta de vínculos afetivos contribuem para a deterioração da saúde. Além disso, a dificuldade de adesão a tratamentos, associada a discriminação ou negação de atendimento, evidencia a necessidade urgente de políticas públicas de saúde humanizadas, inclusivas e efetivas, capazes de garantir cuidados integrados e dignos a essa população (BRASIL, 2014).

Atualmente, a PSR em Porto Velho é composta por cerca de 225 pessoas, sendo: 94,67% do sexo masculino, 54,22% com idade entre 30 e 49 anos, 81,33% autodeclaradas pardas. A maioria de nacionalidade brasileira, seguida por pessoas de outros países da América Latina, especialmente Venezuela. Cerca de 83,11% é alfabetizada e 24% estão em situação de rua há pouco tempo, sendo as principais causas o uso de drogas, alcoolismo, desemprego e conflitos familiares. Destaca-se ainda que 47,56% já exerceu atividades laborais formais (BRASIL, 2023)

Os dados disponíveis, contudo, podem estar subestimados, visto que grande parte da PSR não possui registro no Cadastro Único. Esse levantamento inclui, majoritariamente, indivíduos que em algum momento acessaram políticas públicas de assistência social, não refletindo a totalidade dessa população. Ademais, as estatísticas oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) tradicionalmente contabilizam apenas pessoas domiciliadas, excluindo os que vivem nas ruas (BRASIL, 2023).

Para suprir essa lacuna, Porto Velho realizou, em 2021, um censo específico da PSR. Embora seus resultados não tenham sido oficialmente divulgados, registros jornalísticos apontam a existência de 442 pessoas nessa condição, sendo o desemprego e a dependência química as principais causas (G1RO, 2022).



Em Porto Velho, o CENTRO POP foi inaugurado em 2011 e, após breve interrupção, retomou suas atividades em 2022, sob a denominação de Centro Dom Moacyr Grechi. Em apenas três meses, foram realizados 432 atendimentos, beneficiando diariamente cerca de 180 pessoas com serviços de saúde, alimentação e higiene (PORTO VELHO, 2022).

Em 2014, ocorreu a criação do Consultório na Rua, que, com equipe multiprofissional, oferece atendimento itinerante e humanizado, tendo realizado mais de 3 mil atendimentos em dois anos o que contribuiu para o enfrentamento da pandemia da COVID-19, com vacinação e diagnóstico de doenças infecciosas (PORTO VELHO, 2021; 2023).

Desse modo, a análise revela que, apesar de avanços normativos, como a PNPSR, ainda persistem lacunas na efetivação desses direitos. Em Porto Velho, observa-se a fragilidade das ações intersetoriais e a insuficiência de políticas de habitação, saúde e assistência social voltadas a PSR. A ausência de infraestrutura adequada e de programas permanentes de reinserção social reforça a vulnerabilidade desse grupo, evidenciando o distanciamento entre as diretrizes legais e a realidade prática.

METODOLOGIA: A pesquisa é de natureza qualitativa e caráter teórico-descritivo, baseada em revisão bibliográfica e documental. Foram analisados dados publicados em sites oficiais da prefeitura local, matérias jornalísticas, dispositivos legais, decretos e resoluções que compõem o marco normativo das políticas públicas destinadas à PSR, além de obras e estudos voltados à discussão da temática no campo dos direitos humanos e da assistência social.



CONSIDERAÇÕES FINAIS: A efetividade das políticas públicas voltadas à PSR depende de atuação integrada entre Estado e sociedade civil, pautada em princípios de cidadania, dignidade e justiça social. O enfrentamento do problema exige não só instrumentos normativos, mas também vontade política, recursos e olhar humanizado. Assim, o acesso a direitos e à justiça deve ser compreendido como expressão concreta dos direitos humanos no contexto urbano brasileiro.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Saúde; População em Situação de Rua; Acesso a direitos.

Referências

BRASIL. Casa Civil. Decreto nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009. Brasília, 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm. Acesso em: 23 jul. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Saúde da população em situação de rua: um direito humano. Brasília, 2014. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_populacao_situacao_ rua.pdf. Acesso em: 23 jul. 2024.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Relatório sobre a população em situação de rua. Brasília, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/populacao-em-situacao-de-rua/publicacoes/relat_pop_ rua_digital.pdf. Acesso em: 24 jul. 2024.

G1RO. **Mais de 400 pessoas estão em situação de rua em Porto Velho.** Porto Velho, 2022. Rede Amazônica. Disponível em: <https://g1.globo.com/ro/rondonia/videos-jornal-de-rondonia-1-edicao/video/populacao-em-situacao-de-rua-recebe-atendimento-nesta-quinta-feira-em-porto-velho-10716345.ghtml>. Acesso em: 24 jul. 2024.

MELO, T. V. M. **Rua! Da população invisível às políticas de visibilidade.** São Paulo: Psisaber, 2019. p. 16–44.



PEREIRA, F. H. **Política Nacional para a População em Situação de Rua: Adesão e Desdobramentos no Contexto do Distrito Federal**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2019. p. 41–52; 101–106.

PORTO VELHO. Prefeitura de Porto Velho. Porto Velho, 2012. Disponível em: <https://www.portovelho.ro.gov.br/>. Acesso em: 30 jul. 2024.

PORTO VELHO. Prefeitura de Porto Velho. Consultório de rua. Mais de 580 pessoas em situação de rua já completaram o ciclo vacinal contra a COVID-19. Porto Velho, 2021. Disponível em: <https://www.portovelho.ro.gov.br/artigo/32511/consultorio-de-rua-vacinacao-contra-a-covid-19-e-atendimentos-medicos-sao-levados-a-linha-42>. Acesso em: 30 jul. 2024.

PORTO VELHO. **Prefeitura de Porto Velho**. Assistência Social. Porto Velho, 2022. Disponível em: <https://semasf.portovelho.ro.gov.br/>. Acesso em: 30 jul. 2024.

PORTO VELHO. Prefeitura de Porto Velho. **Consultório na rua**. Programa desenvolvido pela Prefeitura amplia serviços de saúde às pessoas em situação de rua. Porto Velho, 2023. Disponível em: <https://www.portovelho.ro.gov.br/artigo/42393/consultorio-na-rua-programa-desenvolvido-pela-prefeitura-amplia-servicos-de-saude-as-pessoas-em-situacao-de-rua>. Acesso em: 30 jul. 2024.